

PRESIDÊNCIA

Planalto desmente ato de terrorismo em São Luís

14 NOV 1985
por Helena Daltró
de Brasília

O ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Ivan de Souza Mendes, desmentiu ontem, num telefonema ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, a notícia divulgada pelo Jornal do Brasil, ontem, de que entregou relatório ao presidente José Sarney sobre investigações atribuindo a um ato de terrorismo político a invasão da residência de praia de Sarney, a 12 quilômetros de São Luís, no Maranhão. O ministro Fernando Lyra disse ontem a este jornal que a Polícia Federal está encarregada de investigar o caso e que ainda não há conclusões sobre o episódio, embora haja indícios cada vez mais precisos atribuindo a invasão e a destruição de objetos pessoais de Fernando Sarney, filho do presidente, a dois homossexuais que teriam sido atraídos pelo caseiro.

Os dois homens teriam brigado com o caseiro, no domingo passado, e como retaliação quebraram alguns objetos e cortaram os fios do telefone da casa. Fernando Sarney, sua esposa e os dois filhos estavam ausentes da residência no domingo e o caseiro aproveitou-se dessa situação para levar os dois homens à mansão na praia do Calhau.

No Palácio do Planalto, o secretário de Imprensa, Fernando Cesar Mesquita, preferiu atribuir o episódio "a ladrões comuns" e o secretário particular de Sarney, seu genro Jorge Murad, não falou sobre o assunto.

A versão que supostamente estava contida no relatório do SNI, desmentido pelo general Ivan de Souza Mendes, era a de que a invasão da casa foi um ato de terrorismo político-eleitoral de um grupo ligado ao deputado Paulo Maluf. Esse grupo seria o mesmo que atuara numa repressão a um movimento popular no bairro paulista da Freguesia do Ó, em 1980, e estaria a serviço do senador João Castelo (PDS-MA), marido da candidata do PDS à prefeitura, Gardênia Gonçalves, que concorre acirradamente com o candidato do PFL, Jayme Santana, em quem votará a família Sarney.